

Dívida, recessão, drogas...

JORNAL DE BRASIL

João Marcello de Araújo Jr.

A política econômica instituída no Brasil, ao que parece, busca concretizar, dentre outros, três objetivos explícitos e um oculto, a saber: a) abrir a economia nacional, até então fortemente protegida, à concorrência internacional; b) eliminar ou reduzir drasticamente o déficit público através de um amplo projeto de privatização e de diminuição dos gastos do governo, até mesmo com a demissão em massa de servidores; c) conter o consumo, com a retirada de dinheiro de circulação, e a elevação das taxas de juros, tudo a pretexto de combate à inflação.

O quarto objetivo, que não se apresenta manifesto no discurso político, é, entretanto, facilmente identificável por quem tenha olhos de ver. Trata-se da redução dos salários. Esse apoucamento, verdadeiramente humilhante, do valor da mão-de-obra, trará como consequência a retração do consumo interno e a liberação de recursos para o setor das exportações, de onde poderão advir divisas para o pagamento do serviço da dívida externa.

Ocorre que tal política, eu-femisticamente denominada de "aproximação com o Primeiro Mundo", não passa, como demonstrou Naylor, do surrado modelo do FMI, que já provou não dar certo em nossa parte do mundo, estando aí, para quem quiser ver, os exemplos no México, da Argentina, do Peru e, em outro quadrante, o da Turquia, para citarmos, apenas, alguns casos.

Um programa econômico, assim concebido, logra, aparen-

te e imediatamente, refrear ou atenuar a inflação; entretanto, seus efeitos perversos são terríveis, tais como: desemprego, fome, mortalidade infantil, violência, desagregação familiar, aumento nos preços de bens e serviços essenciais, eliminação das convenções coletivas de trabalho em nome de uma utópica livre negociação, restrição ao crédito com séquito de falências, concordatas e suicídios, colapso no poder de compra interno, fuga de capitais.

Com isso, a questão social será seriamente agravada, tendo como fruto necessário a subida incontrolável da criminalidade e o acirramento dos nossos antagonismos internos.

O crescimento das condições criminógenas da sociedade, por seu turno, facilitará a abertura de nossas portas ao rendoso comércio ilícito das drogas, especialmente num momento em que a recente escalada de controle nos países andinos transformou o Brasil no escoadouro natural da produção de cocaína.

Não bastasse isso para nos alarmar, suficiente seria lembrar que os grandes financistas internacionais, que em verdade, através da lavagem de dinheiro sujo e da fuga de capitais, são os grandes beneficiários do narcotráfico, têm interesse manifesto em criar no Brasil uma economia subterrânea capaz de permitir não só a aceleração do pagamento do serviço da dívida, mas, principalmente, a geração de excedentes monetários ilícitos, que necessitem de ocultação no es-

trangeiro, de maneira que, com eles, sejam alimentadas de recursos as grandes instituições dos centros financeiros mundiais.

A droga, assim como, aliás, já aconteceu em outras partes do planeta, além de propiciar, com o seu combate, o surgimento de um "inimigo interno" que precisa ser destruído (tão útil ao atendimento de certas necessidades políticas e estratégicas...) passa a ser, também, um excelente negócio financeiro, em nível internacional.

Finalmente, convém remarcar que o agravamento da crise social brasileira, a ampliação insuportável da delinquência e o crescimento ameaçador do tráfico de drogas irão exigir a criação de agências de controle que, obviamente, ultrapassarão os estreitos limites dos contingentes policiais, justificando, à semelhança de outros países da América Latina, o apelo às baionetas.

A militarização do combate à criminalidade é um mal tão grande quanto o próprio narcotráfico. Tal militarização, aliada à necessidade de contenção social diante da insatisfação popular gerada pela insistência governamental na manutenção ortodoxa do plano econômico, será o ingrediente necessário, como diz Lerne, à implantação de atitudes autoritárias que colocarão em risco a nossa, ainda, cambaleante democracia.

□ João Marcello de Araújo Jr. é secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.